



**Proposição:** PLEI - Projeto de Lei

**Número:** 000304/2025

**Processo:** 10913-00 2025

**Autoria:** João do Joaquinho

**Ementa:** Dispõe sobre a limitação do peso de mochilas escolares utilizadas por estudantes da educação infantil e do ensino fundamental nas instituições de ensino público e privado no âmbito do Município de Juiz de Fora e dá outras providências.

**Parecer Roberta Lopes Alves - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude**

Trata-se de projeto de lei ordinária que impõe limitação do peso de mochilas escolares utilizadas por estudantes da educação infantil e do ensino fundamental nas instituições de ensino público e privado no Município de Juiz de Fora, com a seguinte redação:

***A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:***

**Art. 1º** O peso bruto máximo do material escolar, transportado em bolsas, mochilas ou similares por alunos da educação infantil e do ensino fundamental, matriculados em estabelecimentos de ensino públicos ou privados do Município de Juiz de Fora, não poderá ultrapassar os seguintes limites:

**I** - 5% (cinco por cento) do peso corporal do aluno com até 10 (dez) anos de idade;

**II** - 10% (dez por cento) do peso corporal do aluno com mais de 10 (dez) anos de idade.

**Art.2º** Compete à coordenação dos estabelecimentos de ensino públicos e privados a definição do material escolar que deverá ser transportado diariamente pelos alunos.

**§1º.** O material que exceder o peso máximo permitido deverá permanecer sob guarda do estabelecimento de ensino, em armários individuais ou coletivos, disponibilizados para tal finalidade.

**§2º.** É vedada a cobrança de qualquer taxa, tarifa ou valor adicional pela guarda do material referida no § 1º deste artigo.

**Art.3º** As instituições de ensino deverão incluir, em seus manuais, regimentos internos e demais instrumentos de comunicação com pais e responsáveis, orientações sobre o peso adequado das mochilas, conforme os limites fixados nesta Lei.

**Art.4º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas em legislação específica:

**I** - Advertência por escrito;



**II - multa administrativa, em caso de reincidência, no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser regulamentada pelo Poder Executivo.**

**Art.5º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

**Art.6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barbosa Lima, 18 de agosto de 2025.

**João Evangelista de Almeida**

Vereador João do Joaquinho - PSB

A proposição tramitou no Poder Legislativo, sendo considerada legal e constitucional pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação em consulta a Diretoria Jurídica que propôs modificações, tendo as demais comissões e parlamentares opinado pelo prosseguimento com a ressalva sugerida.

Essa é a síntese do necessário. Passo a opinar.

## **1. DAS FUNÇÕES DO PODER LEGISLATIVO E DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:**

Nos termos dos artigos 30 e 31 da Carta Política de 1988, cabe ao Poder Legislativo Municipal o exercício da função legiferante, bem como o controle externo do Poder Executivo, sendo salutar que assim proceda, pois tal função é expressão máxima do sistema de freios e contrapesos, garantindo, com independência, a proteção das liberdades individuais e coletivas.

Dentro desse contexto, o Regimento Interno da Câmara Municipal estabelece que:

**Art. 62.** Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos membros da Câmara Municipal, em caráter permanente ou temporário e destinados a proceder estudos, realizar investigações e representar a Câmara Municipal.

...

**Art. 71.** Compete às Comissões Permanentes, além das atribuições definidas no art. 62:

...

**II - discutir e dar parecer conclusivo pela maioria dos seus membros, às proposições a elas submetidas;**

**III - estudar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, dando-lhes parecer e oferecendo-lhes substitutivos ou emendas, quando julgar oportuno;**

**IV - promover estudos, pesquisas e investigações sobre questões de interesse público relativos à sua competência;**

...

**Art. 72.** É competência específica:



...

**X - da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude:**

**a)** opinar sobre proposições que versem, no todo ou em parte, sobre os Direitos da Criança, Adolescente e Juventude;

**b)** realizar estudos sobre a eficácia das leis de proteção integral à Criança, Adolescente e Juventude;

**c)** promover estudos para avaliação e melhoramento das políticas de proteção à Criança Adolescente e Juventude no âmbito do Município;

**d)** promover e participar de debates, palestras, conferências e congressos acerca dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude;

**e)** formular, receber, encaminhar e acompanhar junto às autoridades competentes reclamações acerca de toda e qualquer violação aos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude;

**f)** emitir e/ou sugerir a confecção de pareceres técnicos profissionais em assuntos pertinentes à Criança, Adolescente e Juventude quando necessário;

**g)** manter intercâmbio permanente e formas de ação conjunta com os órgãos e autoridades públicas e instituições privadas de forma a assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação das medidas de proteção à Criança, Adolescente e Juventude no âmbito do Município.

Como se infere, a proposta visa limitar o peso de mochilas de alunos, sobretudo crianças e adolescentes ali focadas. O art.5º se volta prioritariamente para lançar atribuições para o Poder Executivo.

A despeito do posicionamento adotado pela Diretoria Jurídica que serviu de suporte para opinião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e demais órgãos parlamentares, por um dever de zelo parlamentar não posso deixar de notar que a Lei Orgânica Municipal estabelece:

**Art. 36.** São matérias de iniciativa privativa do Prefeito, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

...

**III - criação, estruturação, atribuição e extinção das secretarias ou departamento equivalentes, órgão autônomo e entidade da administração pública indireta;**

Neste sentido o TJMG vem se posicionando:

*... Os Poderes Legislativo e Executivo do Município devem obediência às regras de iniciativa legislativa reservada, fixadas constitucionalmente, sob pena de desrespeito ao postulado da separação dos poderes. Ao disciplinar a organização dos Poderes, a Constituição Estadual delimitou as funções que incumbem exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo em norma de observância obrigatória pelos Municípios mineiros em obediência ao princípio da*



*simetria. A Lei Municipal n. 4668/2022, embora vise a regulamentar a Lei Federal n. 13.935/2019, trata da estruturação da Secretaria de Educação, cria novos cargos públicos e cuida do seu regime jurídico, o que, a princípio, revela vício de inconstitucionalidade formal. Evidenciada a relevância da fundamentação inicial e presente o requisito do perigo na demora, a concessão da medida cautelar é medida que se impõe. (TJMG - Ação Direta Inconst 1.0000.22.133672-0/000, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes, ÓRGÃO ESPECIAL, julgamento em 24/08/2022, publicação da súmula em 30/08/2022)*

Porém, tal questão é afeta exclusivamente à competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e foge da missão institucional da Comissão de Educação e Cultura, o que me impede regimentalmente de suscitar por aqui qualquer cuidado ou ponto de melhora na redação avaliada sob esse aspecto. Portanto, atendo-me exclusivamente a competência da Comissão de Educação e Cultura, passo a análise temática da proposição.

## **2. DO PROJETO DE LEI: DA ANÁLISE DO CONTEÚDO OU DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI DENTRO DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO:**

O projeto de lei em análise é composto por 6 artigos tendo por escopo, aqui em síntese, o cuidado com o excesso de peso em mochilas de alunos, sobretudo crianças e adolescentes ali focadas.

Apesar de considerar o presente projeto de lei inócuo e de eficiência limitadíssima, inclusive criando obrigações para as escolas públicas e privadas de adaptarem seus espaços para o fornecimento de armários para todos os alunos, gerando um gasto exagerado, uma nova burocracia e possível vício de iniciativa, não vislumbro óbices no tangente ao mérito e sob o aspecto temático para o prosseguimento da matéria.

## **3. DAS CONCLUSÕES:**

Diante de tais considerações, libero os autos para tramitação e posterior deliberação em plenário, onde, oportunamente, manifestarei meu voto.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Palácio Barbosa Lima, 31 de outubro de 2025.



Roberta Lopes Alves  
Vereadora Roberta Lopes - PL

